



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**MUDANÇAS NAS CONTAS EXTERNAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: UMA
PERSPECTIVA BASEADA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

MIGUEL RAMOS DE FREITAS

JOÃO PESSOA

2021

MIGUEL RAMOS DE FREITAS

**MUDANÇAS NAS CONTAS EXTERNAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: UMA
PERSPECTIVA BASEADA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
Relações Internacionais do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Profa. Dra. Elia Cia Alves

JOÃO PESSOA

2021

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F866m Freitas, Miguel Ramos de. Mudanças nas contas externas brasileiras no século XXI: <u>uma perspectiva baseada no comércio internacional</u> / Miguel Ramos de Freitas. - João Pessoa, 2021. 30 <u>f.</u>: il. Orientação: Elia Elisa Cía Alves. <u>TCC (Graduação)</u> - UFPB/CCSA. 1. <u>Economia Política Internacional</u>. 2. <u>Relações Internacionais</u>. 3. <u>Comércio Internacional</u>. I. <u>Alves, Elia Elisa Cía</u>. II. Título. UFPB/CCSA CDU 327
--

Elaborado por KATIANE DA CUNHA SOUZA - CRB-15/353

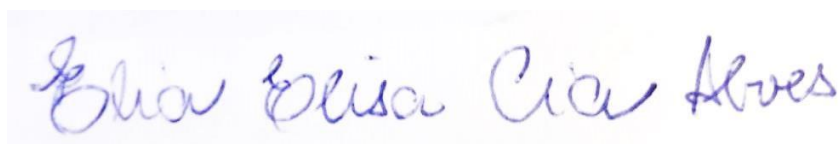
MIGUEL RAMOS DE FREITAS

**MUDANÇAS NAS CONTAS EXTERNAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: UMA
PERSPECTIVA BASEADA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

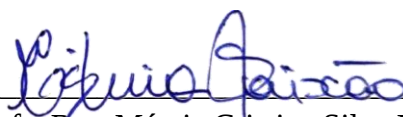
Trabalho de Conclusão de Curso do curso de
Relações Internacionais do Centro de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba.

João Pessoa, 19 de Novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Márcia Cristina Silva Paixão
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Título: MUDANÇAS NAS CONTAS EXTERNAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: UMA PERSPECTIVA BASEADA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Resumo:

As primeiras duas décadas do Século XXI foram marcadas por acontecimentos que influenciaram a economia mundial, como a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, o Boom das Commodities, a Crise Financeira Global e a Pandemia do Covid-19, por exemplo. Essa pesquisa busca, por meio da metodologia qualitativa de revisão de literatura aliada à análise descritiva de dados econômicos, compreender como fatores externos podem influenciar as contas externas brasileiras, partindo, especificamente, do saldo da balança comercial do país. Além disso, o presente trabalho analisa de que formas as mudanças factuais da economia mundial refletem em mudanças teóricas, a partir de uma revisão narrativa de temas abordados pela literatura da Economia Política Internacional (EPI), tais como a Globalização (e a desglobalização), o foco nas economias emergentes e as Cadeias Globais de Valor.

Palavras-Chave: Economia Política Internacional. Relações Internacionais. Comércio Internacional.

Title: CHANGES IN BRAZILIAN EXTERNAL ACCOUNTS IN THE 21ST CENTURY: A PERSPECTIVE BASED ON INTERNATIONAL TRADE.

Abstract:

The first two decades of the 21st century were marked by events that influenced the world economy, such as China's entry into the World Trade Organization, the Commodities Boom, the Global Financial Crisis and the Covid-19 Pandemic, for example. This research seeks, through a qualitative literature review methodology combined with a descriptive analysis of economic data, to understand how external factors can influence the Brazilian external accounts, starting, specifically, from the country's trade balance. In addition, this paper analyzes the ways in which factual changes in the world economy reflect theoretical changes, based on a narrative review of themes addressed by the International Political Economy (IPE) literature, such as Globalization (and deglobalization), the focus on economies emerging markets and Global Value Chains.

Keywords: International Political Economy. International Relations. International Trade.

SUMÁRIO

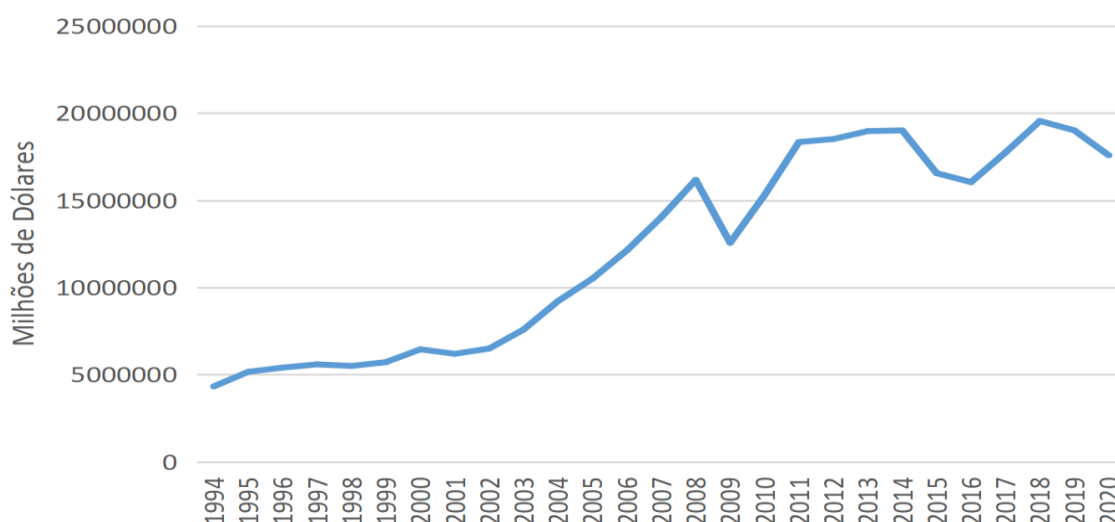
1 INTRODUÇÃO.....	07
2 REVISÃO DE LITERATURA: CRONOLOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	09
3 ANÁLISE DE DADOS.....	19
4 COMO OS FATOS SE DESDOBRAM NAS ANÁLISES TEÓRICAS? AS MUDANÇAS TEÓRICAS DOS ESTUDOS DAS EPI NO SÉCULO XXI	22
5 CONCLUSÕES	26
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A primeira década do Século XXI foi marcada por uma continuidade na aceleração da economia mundial, iniciada já nos anos 1990, em uma trajetória de crescimento nas relações econômicas internacionais no âmbito do comércio, dos investimentos de longo prazo, das empresas multinacionais e do do setor financeiro (MANZI, 2019, p. 472). Para o Brasil e para o mundo, o Século XXI trouxe oportunidades de crescimento, mas também muitos desafios para o desempenho macroeconômico.

Os estudos de Economia Política Internacional (EPI) revelam que, no período em destaque, acontecimentos de caráter político-econômico e flutuações nas relações comerciais globais podem ser associados a mudanças que influenciam nas economias emergentes, alguns de forma positiva, outros de forma negativa. São exemplos de fenômenos que resultaram em redução no comércio global os casos da Crise Financeira de 2008, a queda dos preços das commodities, tanto no ano de 2007 quanto em 2014, e os efeitos da pandemia do Covid-19 entre 2019 e 2021. É possível analisar as flutuações das exportações mundiais através da Figura 1.1, que ilustra a trajetória das exportações mundiais entre 1994 e 2020.

Figura 1.1 - Exportações Mundiais entre 1994 e 2020



Fonte: World Trade Organization Database¹

¹ Disponível em: <https://data.wto.org/?idSavedQuery=066d1e61-b091-43bd-9b05-8cc851a512b9>

Analisando o caso brasileiro no Século XXI, é possível visualizar padrões associados a essas mudanças na economia externa que afetaram o desempenho econômico do país. As diversas abordagens teóricas da economia internacional analisam esse processo por perspectivas analíticas distintas. A visão convencional, conforme Lélis et al (2019, p. 428), vislumbra o peso de fatores domésticos, como políticas macroeconômicas importantes para o fortalecimento da economia brasileira, a exemplo do Plano Real e do Tripé Macroeconômico. Porém, é possível enxergar outros fatores que influenciaram o desempenho econômico no período, sobretudo no que tange suas relações internacionais, como, por exemplo, os choques externos relacionados aos preços das commodities. Essa perspectiva heterodoxa da economia internacional, muitas vezes, é ignorada ou negligenciada ao analisar a economia interna de cada país.

Diante disso, cabe questionar-se: Quais os principais acontecimentos das primeiras duas décadas do Século XXI influenciaram as contas externas brasileiras, mais especificamente o saldo agregado da balança comercial, e de que forma esses acontecimentos se relacionam com as contas externas, tomando como base a dimensão comercial internacional? Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar mudanças que marcaram o Século XXI no que tange às trocas comerciais internacionais. Sugere-se que uma maior internacionalização da economia brasileira possa ter relação com uma maior importância para o desempenho econômico doméstico.

Tradicionalmente, a literatura econômica convencional minimiza o papel do setor externo, ignorando um processo paulatino e constante de abertura da economia ao longo do Século XXI. Nesse sentido, diante de novas demandas por explicações, esse trabalho também busca identificar, nos estudos de EPI, os caminhos de análise sobre a influência do setor externo, com ênfase nos períodos de choque, no desempenho econômico doméstico de países emergentes.

Para acessar tais questões, a presente pesquisa, de caráter qualitativo, propõe-se a identificar os desdobramentos do contexto internacional nas contas externas de um país. Para isso, a partir do estudo do caso brasileiro, foi empregada revisão de literatura voltada para a literatura contemporânea de EPI com foco no Século XXI, tratando de temas como a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), globalização e desglobalização, a crise financeira de 2008, a queda de preço das commodities e a crise causada pela pandemia do Covid-19. Foram levantados dados de plataformas como o *World Development Indicators*, do Banco Mundial, referentes ao comércio internacional, bem como relatórios oficiais de

organizações internacionais como é o caso do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A análise dos dados disponíveis nesses documentos se deu de maneira descritiva, interpretadas através de literatura especializada.

O artigo está organizado da seguinte maneira. Além desta introdução, a seção 2 apresenta uma revisão da literatura de EPI, buscando identificar os marcos históricos mais importantes do século XXI baseado em literatura especializada, desde literatura precursora do campo de EPI como Strange (1970) a outros especialistas mais contemporâneos como Baumann (2014) e Freund et al (2020), de forma a traçar tanto uma cronologia dos acontecimentos que impactaram a economia mundial quanto uma linha do tempo evidenciada pelas teorias de EPI.

Como afirmava Susan Strange (2015), pesquisadora precursora da área de EPI, os estudos das EPI nasceram dos fatos. Portanto, este artigo abordará os dados empíricos na seção 3 buscando mapear os efeitos dos fenômenos destacados na seção 2, pela ótica das contas comerciais externas do Brasil para depois, na seção 4, apresentar as relações entre os acontecimentos e os dados relacionados às mudanças teóricas em EPI, buscando entender como as mudanças no cenário internacional se relacionam com as mudanças de tendência nas teorias de EPI, a partir da realidade dos países do Sul Global, em especial no caso brasileiro. Por fim, a seção 5 trará conclusões gerais do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA: CRONOLOGIA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Antes de partir diretamente para a busca por acontecimentos que tenham afetado a economia global, é necessário dar um passo para trás e explicar em que consistem os estudos de EPI, para, depois, explicar quais mudanças podem ter sido trazidas conforme o comércio internacional mudava. Os estudos de EPI se originaram na década de 1970, dentre os quais se destacam um artigo publicado por Susan Strange (KEOHANE, 2009). A autora discute a importância da relação entre política e economia baseada nas mudanças que a influência da dimensão economia trouxe para as relações internacionais, sendo essas mudanças divididas entre três principais: a ação direta dos Estados na economia internacional; a sensibilidade mútua das economias nacionais, de forma a dificultar políticas econômicas domésticas; e as políticas competitivas, que podem ir de encontro ao interesse de outras economias e arriscar criar tensões ou novas fontes de conflito internacional (STRANGE, 1970, p. 305). Foi a partir do estudo de

Strange que o campo de estudo de EPI tomou forma, diferenciando-se de outros campos já existentes, como Economia e Ciência Política.

Cohen (2014, p. 1) sintetiza uma definição de EPI, a partir do trabalho de Gilpin: “As relações recíprocas e dinâmicas de relações internacionais da busca pela riqueza e da busca pelo poder” (GILPIN, 1975, apud COHEN, 2014, p. 1), sugerindo que a política e a economia seriam forças que se influenciam reciprocamente. Essa definição e a discussão de Strange (1970) sobre a influência da economia nas relações internacionais reforçam conjuntamente a importância da EPI e seus objetos de estudo.

Keohane (2009) vai além em sua análise sobre a influência da economia na política internacional. O autor afirma que fatores como os preços do petróleo (e a volatilidade nos mercados energéticos e financeiros), a participação chinesa na economia mundial e base da comunicação global baseada nas tecnologias eletrônicas trazem mudanças que as teorias tradicionais de EPI não explicam, pois “foram construídas em um mundo muito diferente: de Países ‘desenvolvidos’ e ‘em desenvolvimento’ - o último identificado principalmente pelo fato de que eles não estavam se desenvolvendo (KEOHANE, 2009, p. 40). Haja visto o limite existente para as teorias tradicionais de EPI ao tentar explicar as mudanças econômicas vistas no Século XXI, é necessário buscar outros focos de estudo, como os países emergentes (COHEN, 2014).

Dialogando com essa ideia do “mundo diferente” de Keohane (2009) e das regiões e países em desenvolvimento tendo um papel mais importante tanto no comércio internacional quanto na produção de estudos e teorias de EPI, Prebisch e Furtado discutem o subdesenvolvimento da América Latina sob uma ótica estruturalista (BIELSCHOWSKY, 2011). A teoria estruturalista, “uma teoria que salienta as restrições ao crescimento que decorrem das condições estruturais específicas da América Latina [...]” (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 10), mostra o que argumenta Keohane (2009) sobre mudanças necessárias nas teorias tradicionais de EPI para envolver temas centrados em outras regiões fora dos países do Norte. Outra contribuição para esse tema é a discussão entre Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, visto que o debate entre os dois e os pensamentos individuais de ambos, segundo Helleiner e Rosales (2017, p. 667), prefiguram as contribuições do estruturalismo e da teoria da dependência.

Outra evidência dessa necessidade de trazer temas de outras regiões e com outros focos é a da formação da escola de pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma comissão “criadas em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das

Nações Unidas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina” (ALMEIDA; CORRÊA, 2011, p. 93). A CEPAL transpassa seu objetivo inicial, sobretudo entre os anos de 1950 e 1970, tornando-se uma escola de pensamento com foco no subdesenvolvimento latino-americano, muitas vezes confrontando aspectos da visão ortodoxa dominante do desenvolvimento, que atribuía o subdesenvolvimento a fatores específicos de cada país (ALMEIDA; CORRÊA, 2011).

Desde a década de 1970, até a segunda década do século XXI, um fator que influencia os estudos da área de EPI é a origem geográfica das publicações. Cohen (2014) dialoga com a ideia da diversidade geográfica e de diferenças culturais, notando uma diferenciação na perspectiva e adesão a teorias de EPI, e “[...] uma vez que diferenças como essas começam a se afirmar, eles tendem a ser replicados e fortemente reforçados por meio do treinamento e avanço de sucessivas gerações de acadêmicos[...]” (COHEN, 2014, p. 9). Argumenta-se que, como os acontecimentos históricos podem ser percebidos de formas diferentes a depender da região, ou até mesmo país usado como referência, é evidente que diferentes locais também irão produzir ou disseminar literaturas que se aproximem de suas realidades.

O campo das Relações Internacionais é comumente abordado partindo de teorias ocidentais de países do Norte, ou até mesmo para uma parte do mundo que fala inglês, algo que Cohen (2014) denomina de “Anglosfera”. Nessa linha, Acharya (2014) discute que as Relações Internacionais Globais, uma ideia trazida pelo autor, devem trazer mais diversidade e inclusão de ideias não-ocidentais, de forma a reconhecer os estudos regionais e a forma como eles se somam às teorias de RI já existentes. Essa observação do autor embasa outros campos de estudo relacionados à RI, como EPI, sendo esse o ponto tocado por este trabalho na seção 4: quais mudanças teóricas na EPI estão envolvidas com temas do Sul Global e as mudanças causadas pelos fenômenos que se correlacionam com as contas externas brasileiras no Século XXI?

Mahrenbach e Shaw (2019) analisam como fatos históricos e marcos econômicos das últimas duas décadas do Século XXI influenciaram, não só o comércio internacional e a balança comercial, como também influenciaram a literatura tradicional de EPI. Nas palavras dos autores, “Em primeiro lugar, os estudiosos - e até mesmo os praticantes - estão, cada vez mais, atualizando as teorias tradicionais de EPI para acomodar a crescente diversidade geográfica de nossos entendimentos de EPI” (MAHRENBACH; SHAW, 2019, p. 5, tradução nossa).

O Quadro 2.1 enumera os principais acontecimentos internacionais no século XXI que a literatura identifica como possíveis vetores que influenciaram as contas externas brasileiras e estão relacionados direta ou indiretamente com mudanças teóricas na área de EPI, ou seja,

novos temas sendo abordados pela academia que estão relacionados às mudanças na economia global. A partir de categorizações da literatura especializada, o Quadro 2.1 apresenta uma classificação desses fatos em conjunturais ou estruturais, focando, principalmente, os efeitos para os fluxos comerciais. Destaca-se que, ainda que algumas mudanças causem impactos imediatos nas contas externas, em alguns casos, o efeito é concentrado no curto-prazo. Quando o efeito persiste ao longo dos anos, os fatos são categorizados como estruturais e, se menos duradouros, como conjunturais.

Quadro 2.1 - Os acontecimentos do Século XXI e as contas externas brasileiras e mudanças teóricas em EPI

Principais acontecimentos no século XXI e suas correlações com as contas externas brasileiras e mudanças teóricas em EPI	
Acontecimentos	Autores e Relatórios Base
2001 - Atentado 11 de Setembro (Conjuntural) Aumento das barreiras não tarifárias.	BAUMANN, 2014
2001 - Entrada da China na OMC (Estrutural) Foco Teórico nas Potências Emergentes Integração produtiva - CGV	SERRA, 2003; ARCE, 2014
2003-2007 - Ciclo de preços das Commodities (Estrutural) Globalização e Desglobalização	GALLAGHER e PORZECANSKI, 2009; LÉLIS ET AL, 2019
2008 - Crise Financeira Global (Conjuntural) Enfraquecimento do Multilateralismo e da OMC	SHELBURNE, 2010
2013-2014 - Queda dos Preços das Commodities (Estrutural)	LÉLIS ET AL, 2019
2019 - Pandemia do Covid-19 (Estrutural)	UNCTAD, 2020 e BANCO MUNDIAL, 2021

Fonte: Elaboração própria, baseado nas referências listadas.

O primeiro acontecimento que marcou o início do século XXI foi o atentado de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas nos Estados Unidos da América. No Quadro 2.1, o atentado consta como um acontecimento conjuntural que marcou mudança. Baumann (2014) analisa os impactos comerciais e financeiros globais desse evento.

Um primeiro impacto [econômico] foi sobre a cotação internacional do petróleo e derivados. Já em setembro de 2001, houve redução de 3,3% em relação ao preço de agosto, e a queda prosseguiu, com variação negativa de 16,5% em outubro e novas quedas de 9,6% em novembro e 1% em dezembro. Apenas a partir de abril de 2002, os níveis de preço voltaram àqueles do período anterior aos ataques (BAUMANN, 2014, p. 92).

Segundo o autor, os impactos do 11 de setembro na economia mundial, em relação ao comércio de bens, foram rápidos e surtiram efeitos recuperáveis, menores que os efeitos da crise de 2008-2009, comparativamente. Inicialmente, o autor observa os preços dos produtos derivados do petróleo. Em seguida, afirma que “O menor ritmo de atividade comprometeu o volume de comércio mundial, variável de fundamental importância, em particular para as economias em desenvolvimento” (BAUMANN, 2014, p. 92), mas que “já no ano seguinte, praticamente se recuperaram as perdas, com o aumento de 3% nas importações por parte da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]” (BAUMANN, 2014, p. 94). Por isso, o atentado é considerado um efeito conjuntural. O setor mais afetado foi o de investimentos externos diretos (IED), tendo baixas até 2006 em relação ao período anterior, e sofrendo reduções de mais de 44% em 2001 (BAUMANN, 2014).

O segundo marco histórico que data desde os anos 1990, mas que foi finalizado em dezembro de 2001, foi a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Com a crise asiática de 1997, que afetou drasticamente a economia do Japão, surgiu um espaço para que outra potência se erguesse para assumir a posição de principal credora dos Estados Unidos. Segundo Arce (2014, p. 26), “o capitalismo do polo ocidental aparece, desde 1990, endividado com o resto do mundo, enquanto os emergentes surgem como credores. É o caso, sobretudo, da China, que é um dos principais credores da dívida pública dos Estados Unidos”.

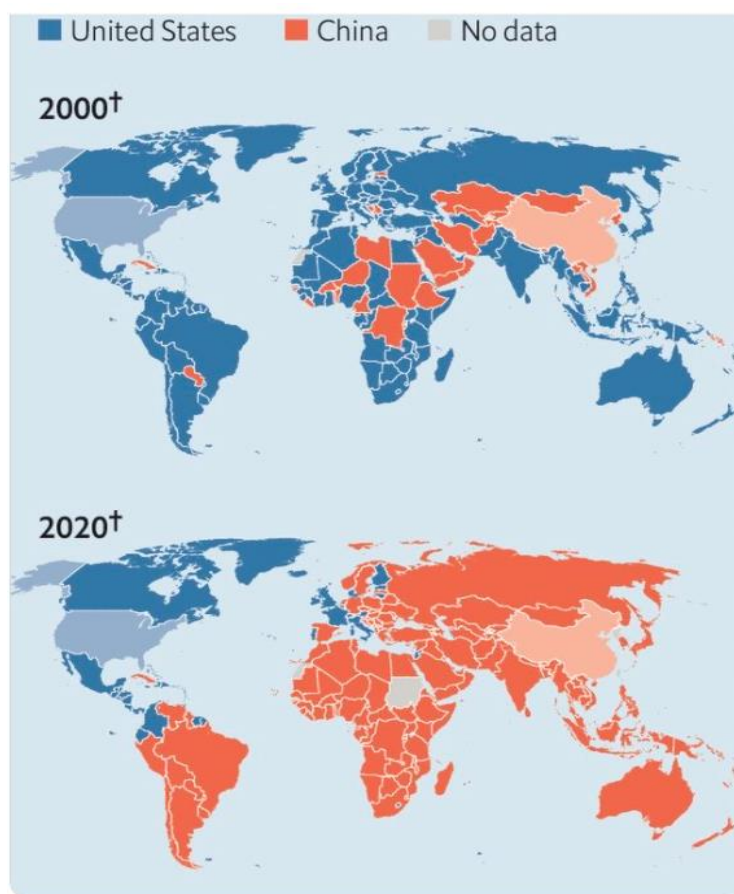
Ao contrário do caso anterior, a entrada da China na OMC é classificada como uma mudança estrutural, visto o impacto que esse evento teve e ainda tem na economia e no comércio global.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio é talvez o principal acontecimento da economia internacional na última década. Pelas dimensões de sua economia – é o sétimo maior exportador mundial (3,9% do total) e o oitavo importador (3,4%), com um PIB de 1,024 trilhões de dólares (ou 853 dólares per capita) e 1,239 bilhões de habitantes (em 2000) que já representam um grande mercado consumidor – a China tem um papel decisivo na economia mundial (SERRA, 2003, p. 1)

Mesmo escrevendo em 2003, próximo ao evento em si, Serra (2003) trouxe previsões sobre o impacto da entrada Chinesa na OMC. À época, o autor vislumbrava ser um fato significativo tanto para países industrializados, quanto para países emergentes, e que todos ganhariam com a abertura comercial da China e seus produtos mais baratos (SERRA, 2003, p. 5). Porém, ao afirmar que “estes países enfrentarão, ao mesmo tempo, uma maior competição

em suas exportações para o resto do mundo. Na agricultura, haverá uma queda da produção interna devido à competição com as importações, que deverá ser compensada, no entanto, com a maior produção da indústria de alimentos” (SERRA, 2003, p. 6), o autor enxergava que a abertura comercial chinesa traria uma dificuldade para outras economias, sobretudo emergentes, que competem com a China na exportação de produtos, especialmente na indústria de alimentos.

Figura 2.1 - Países com maior parcela de comércio entre China e Estados Unidos



Fonte: The Economist, 17 Julho 2021. ²

Com uma população de mais de 1 bilhão de pessoas e uma economia em amplo crescimento há décadas, a China oferece o maior mercado consumidor do mundo e mão de obra relativamente barata, tornando-a altamente competitiva no cenário global. Sua entrada na OMC não poderia passar despercebida. A figura 2.1 mostra os países que possuem maior parcela de comércio com os EUA e a China nos anos 2000 e 2020, evidenciando o crescimento da parcela

² Disponível em: <https://www.economist.com/briefing/2021/07/17/joe-biden-is-determined-that-china-should-not-displace-america>

chinesa no comércio internacional no período em destaque, além de destacar a importância de estudar o impacto causado pela China no âmbito comercial global.

Isto está diretamente ligado com o próximo fato na lista, que data desde 2003 até pouco depois da crise de 2008: o Boom das Commodities. Segundo Gallagher e Porzecanski (2009), a demanda chinesa foi a responsável pela manutenção do Boom das Commodities, até mesmo depois do período da crise de 2008, chegando a recuperar-se e manter um nível pré-crise até meados de 2011 (HELBLING et al, 2012, p. 30). Estima-se que 70% do crescimento de países da América Latina e do Caribe, entre 2003 e 2008, esteve relacionado ao boom no preço das commodities, com um aumento do valor das exportações para a China em 370% de 2000 a 2008 (GALLAGHER e PORZECANSKI, 2009, p. 25).

O boom das commodities das duas primeiras décadas do Século XXI pode ser considerado como uma mudança estrutural, pois teve efeitos profundos em um grande número de países, por um longo período de tempo, com importantes transbordamentos no contexto pós-crise financeira. Para o Brasil, assim como para outros países emergentes, o Boom de commodities na primeira década, possuiu grande importância para as contas externas, como será explicado adiante.

Relativo à crise econômica de 2008-2009, o fato de ser categorizada como conjuntural advém do grau de recuperação econômica posterior e o impacto comercial causado pela mesma, conforme Shelburne (2010, p. 24):

Embora a crise financeira tenha implicações significativas para o desenho e a operação do sistema financeiro internacional, é provável que suas implicações para o sistema comercial mundial sejam relativamente menores. Embora a crise tenha resultado no aumento de algumas barreiras comerciais, em sua maioria elas eram relativamente insignificantes e temporárias (SHELBURNE, 2010, p. 24, tradução nossa).

Segundo o autor, as disciplinas da OMC foram suficientes para a contenção de medidas protecionistas, fazendo com que a crise de 2008 causasse impactos relativamente menores no sistema comercial mundial. Mesmo assim, enxergando a vulnerabilidade da concentração das exportações nos setores de commodities e de recursos naturais, Shelburne (2010) afirma que países com pouca diversificação em setores comerciais seriam mais impactados pela crise.

E, dado que em países onde há concentração significativa, é concentração de commodities e de recursos naturais; para fins práticos, isso significa que a ênfase deve ser colocada no aumento do tamanho dos setores de manufatura. A razão para este conselho é dupla. Dado que alguns setores foram muito mais impactados do que outros, faz sentido diversificar como forma de limitar grandes oscilações em setores

particularmente impactados. Em segundo lugar, os setores de commodities experimentaram quedas maiores do que os de bens manufaturados durante a crise, portanto, ter uma maior participação na indústria seria uma forma de minimizar a volatilidade das exportações (SHELBURNE, 2010, p. 25, tradução nossa)

Por um lado, a Crise Financeira nos países do centro e o boom de commodities reforçaram, ao menos temporariamente, a ascensão de outras economias emergentes, como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia), etc. um movimento que, na primeira década do Século XXI, refletiu em importantes mudanças na governança mundial.

Por outro lado, Shelburn (2010) ressalta o aumento da vulnerabilidade das economias voltadas para commodities posterior à crise de 2008. Lélis et al (2019) complementam essa análise, avaliando os impactos da queda dos preços das commodities na economia brasileira na década de 2000, através de Regressões dinâmicas de Markov e Vetoriais Autorregressivos (VAR), identificando a presença de vulnerabilidade das contas externas brasileiras às flutuações nos preços das commodities, um tema retomado na seção 3.

Soma-se a esse processo, uma crise generalizada do multilateralismo no fim da segunda década do Século, aparece com sinais de estagnação dos fluxos de comércio internacional e aumento das tensões das relações comerciais, encabeçadas pelas relações entre EUA e China.

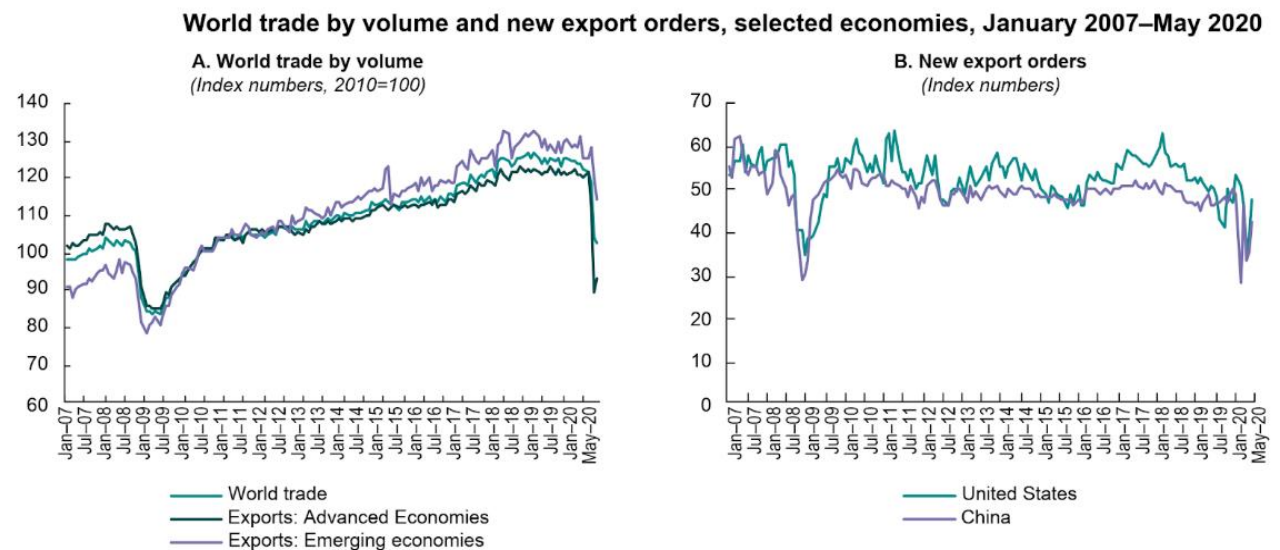
Por fim, o último marco das duas primeiras décadas no século XXI, do ponto de vista das relações econômicas internacionais, consiste em um fenômeno cujos efeitos promoveram a aceleração de mudanças sem precedentes na história humana: a pandemia do COVID-19. Como analisado pelo relatório do Banco Mundial (2021, p 9), “O comércio global entrou em colapso em 2020, pois o fechamento de fronteiras e as interrupções no fornecimento interromperam o fornecimento internacional de bens e serviços. O comércio de mercadorias caiu e se recuperou mais rapidamente do que durante a crise financeira global, enquanto o comércio de serviços continua deprimido”.

Da mesma forma, a UNCTAD (2020) traz dados mais incisivos nas quedas de comércio em relação ao ano anterior.

O início e a disseminação da Covid-19 causaram uma queda dramática nos fluxos de comércio internacional em uma escala semelhante à observada durante a Crise Financeira Global. Dados sobre o volume do comércio mundial do Bureau for Economic Policy Analysis (CPB, 2020) da Holanda relatam uma queda acentuada de 17,7 por cento em maio em comparação com o mesmo mês de 2019, um número que é semelhante à maior queda mensal registrada durante a Crise Financeira Global (19 por cento em janeiro de 2009) (UNCTAD, 2020, p. 19, tradução nossa)

Ambos os relatórios dialogam quanto à incerteza em torno de uma possível recuperação posterior a essa pandemia global. Os efeitos poderão ser sentidos por anos a seguir, e esta incerteza acaba gerando outros impactos na economia global. A Figura 2.2 mostra os impactos no volume de exportações desde 2007 até 2020, mostrando que o Covid-19 trouxe efeitos imediatos semelhantes à crise financeira de 2008.

Figura 2.2 - Volume de exportações globais de 2007 a 2020



Source: CPB World Trade Monitor, July 2020; United States ISM Manufacturing index; China NBS PMI Manufacturing Survey.

Note: New export orders refer to the corresponding Purchasing Managers' Index. A value greater than 50 represents an expansion compared to the previous month, while a value less than 50 represents a contraction, and 50 indicates no change.

Fonte: UNCTAD (2020, p. 19).³

Já a Figura 2.3 ilustra a variação percentual no volume de bens exportados e importados de 2018 até 2020, categorizando as economias entre desenvolvidas e em desenvolvimento.

Devido à dificuldade da prospecção de uma melhoria, o COVID-19 foi categorizado como uma mudança estrutural, mesmo que essa afirmativa possa ser alterada no futuro, devido à proximidade temporal deste estudo com o objeto em análise. Além disso, as curvas da Figura 2.2, a partir do ano 2018, mostram uma estagnação do comércio global, um possível indicador de que a crise econômica do Covid-19 possa ter sido um agravamento da situação do comércio internacional já existente antes da pandemia. Freund et al (2020), por exemplo, destacam o

³ Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/trade-and-development-report-2020>

acordo comercial entre Estados Unidos e China em 2020, na tentativa de prevenir os efeitos de uma guerra comercial entre os dois países. Essa guerra comercial e as relações econômicas de ambos podem oferecer uma explicação para a estagnação do comércio global, mas não abrange na totalidade os motivos para um arrefecimento nas relações comerciais na virada para a terceira década do Século XXI.

Figura 2.3 - Volume das importações e das exportações 2018 a 2020

Export and import volumes of goods, selected groups and countries, 2018–2020
(Percentage change over previous year)

Group/country	Volume of exports			Volume of imports		
	2018	2019	2020 ^a	2018	2019	2020 ^a
World	3.1	-0.5	-8.8	3.8	-0.4	-8.5
Developed Countries	2.6	0.0	-12.0	2.5	0.1	-10.5
of which:						
Japan	2.6	-1.6	-9.2	3.1	0.9	-4.4
United States	4.2	-0.5	-12.1	5.2	-0.3	-9.1
Euro area	1.9	-0.2	-13.3	2.2	0.0	-12.2
Developing Countries	3.8	-1.1	-4.7	5.7	-1.2	-5.6
of which:						
China	5.4	0.5	-4.4	6.9	-0.4	-2.0
Asia (excl. China)	3.7	-1.8	-4.4	6.9	-2.3	-6.6
Latin America	3.0	0.5	-8.7	4.8	-1.6	-12.0
Africa and Middle East	1.0	-3.9	-3.1	0.8	-0.2	-2.0

Source: UNCTAD secretariat calculations based on CPB *World Trade Monitor*, July 2020.

Note:

^a Percentage change between the average for the period January to May 2020 and January to May 2019.

Fonte: UNCTAD, 2020, p. 20.⁴

Em suma, a pandemia trouxe perdas comerciais, chegando a uma queda de 12% nas exportações dos países desenvolvidos no primeiro semestre de 2020, em relação ao ano de 2019, mas o setor que mais sofreu foi o de serviços, que será abordado na próxima secção deste trabalho, onde debateremos as cadeias globais de valor (CGV) e a análise do valor acumulado para efetivamente destacar a participação de cada setor na economia de países emergentes (HERMIDA; XAVIER, 2018). Talvez, a pandemia incentive um aumento na diversificação nos setores de serviço, como pode ser visto com o aumento da importância dos meios de comunicação, o que dialoga amplamente com a secção teórica a seguir, quando será abordada a globalização e seus efeitos teóricos relacionados ao comércio.

⁴ Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/trade-and-development-report-2020>

3 ANÁLISE DE DADOS

Após a análise de literatura relativa ao tema dos principais acontecimentos do século XXI que influenciaram a balança comercial brasileira, cabe perguntar: como esses fatos e abordagens se convergiram na trajetória comercial brasileira? Esta seção tem como objetivo analisar os dados do Balanço de Pagamentos brasileiros, especificamente, a Balança Comercial, bem como abordar outros dados que complementam a hipótese de que choques externos no comércio internacional influenciaram as contas externas brasileiras no início do Século XXI.

Começando pela análise da Balança Comercial, na Figura 3.1, notamos uma tendência inicial de estagnação do saldo da balança comercial brasileira entre os anos de 1999 e 2001. Uma explicação possível remete ao choque momentâneo do 11 de setembro na economia global. Porém, além disso, o país também passava por crises de confiança em relação aos transbordamentos das Crises Asiática e Argentina, fim da âncora cambial e da paridade real-dólar e um contexto político complexo por conta das eleições brasileiras na época. Explicações domésticas influenciam a balança comercial brasileira, sem dúvida. Resta entender como os choques externos estão correlacionados com a mesma.

Figura 3.1 - Balança Comercial Brasileira (Bens e Serviços) 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil⁵

⁵ disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>

A entrada da China na OMC em 2001 impactou o comércio internacional de maneira profunda e permanente. A participação das exportações brasileiras nas importações chinesas têm crescido desde 2005 nas importações chinesas, Thorstensen (2010) afirma que a entrada da China na OMC oferece tanto oportunidades quanto desafios para o Brasil. “A composição da pauta de exportação brasileira para a China vem se concentrando em produtos básicos. Em 2000, os produtos básicos representavam 68% da pauta e em 2009 chegaram a 77%” (THORSTENSEN, 2010, p. 14). O que a autora destaca nos dados é o principal tipo de produto que o Brasil exporta: commodities.

Lélis et al (2019) complementam a análise sobre as vulnerabilidades brasileiras aos choques dos preços das commodities). Os autores destacam duas quedas dos preços das commodities: uma em 2008 e outra em 2014.

Como conclusões principais nossos exercícios permitem sugerir que: (i) a queda nos preços das commodities não produziu efeitos duradouros sobre as variáveis de nível de atividade e preços macroeconômicos no contexto da CFG [crise financeira global]; (ii) porém, no ciclo pós-2014 tais efeitos foram perenes no horizonte analisado; e (iii) em seu auge, 1/3 da contração do nível de atividades esteve associado à mudança no regime de preços das commodities. (LÉLIS et al, 2019, P. 444)

Com isso, Lélis et al (2019) sugerem que uma retração de 1/3 da atividade econômica, associada ao preço das commodities, indicam a vulnerabilidade brasileira às variações sofridas nessa área do comércio internacional, como pode ser visto na Figura 3.1.

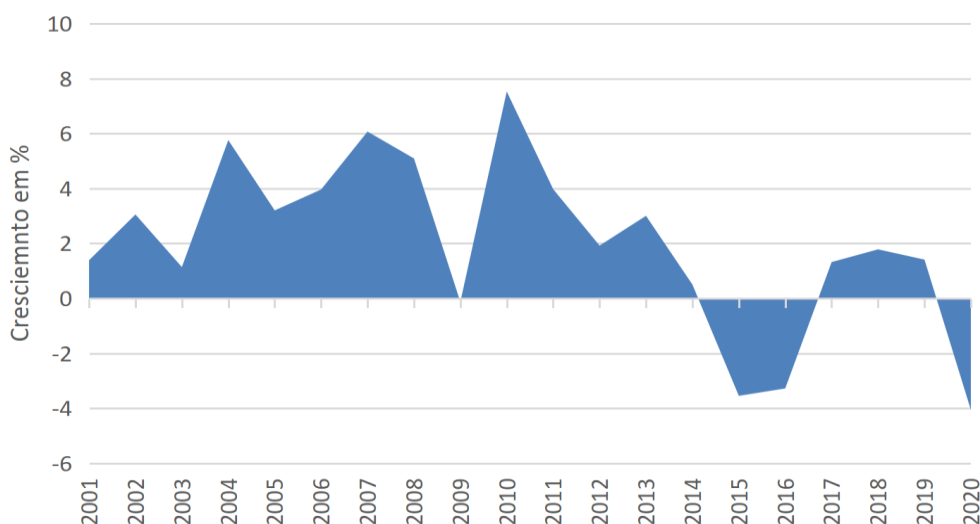
Por mais que a queda no saldo na balança comercial brasileira seja perceptível a partir de 2008, caso que pode se relacionar com a CFG e seus impactos na economia brasileira, a queda de 2014 destaca-se. A queda de 2008 é explicada por uma retração mais acentuada no nível de atividades em comparação com os resultados iniciais do ciclo posterior [...]. Porém, como a sua duração foi mais curta, de sete meses, observou-se resultados cumulativos que não prosperaram” (LÉLIS et al, 2019, p. 444). Tal explicação, no entanto, não se aplica para a segunda fase da queda dos preços.

Já o Regime de Baixa que se inicia no final de 2014 caracterizou-se por uma duração de pelo menos 30 meses, já que persiste até a nossa última observação temporal, em dezembro de 2016. Com isso, os efeitos cumulativos sobre a retração no nível de atividades foram mais intensos e prolongados. (LÉLIS ET AL, 2019, P. 444).

É por essa retração mais intensa e prolongada que a queda dos preços das commodities é considerada como um efeito estrutural. Vale ressaltar que, em relação aos demais resultados apresentados neste trabalho, a vulnerabilidade brasileira como uma evidência dos impactos dos choques econômicos externos na economia doméstica é um dos mais importantes, pois não só revela um setor no qual o Brasil se apoia em demasia, como discutido por Hermida e Xavier (2018) ao debater as cadeias globais de valor e a posição do Brasil na mesma. Ressalta-se que, por mais que o setor externo seja o foco de análise deste trabalho como fonte de influência para a economia brasileira, os fatores internos ainda trazem variáveis importantes que não podem ser desconsideradas ao abordar o tema em discussão, como as questões políticas e econômicas internas.

Finalmente, uma análise importante da balança comercial brasileira sugere que a crise econômica do fim da segunda década do século XXI antecede à pandemia do Covid-19, como mostra a queda da curva na figura 3.1 referente aos anos de 2017 a 2019. Para uma análise mais profunda e detalhada, sugere-se, então, que outros trabalhos futuros possam reforçar esse parâmetro através de dados mais frequentes em menores intervalos de tempo além de outras literaturas especializadas sobre o tema.

Figura 3.2 - Crescimento do PIB do Brasil (anual %)



Fonte: World Development Indicators⁶

⁶ Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>

A Figura 3.2 mostra o crescimento do PIB brasileiro entre os anos de 2001 e 2020. É possível enxergar que há uma estagnação tanto na balança comercial quanto no PIB brasileiro a partir do ano de 2017, mesmo com a recuperação do mesmo após a baixa do período após 2013, coincidindo-se com o período da baixa dos preços das commodities (LÉLIS et al, 2019).

Outro dado evidenciado na figura 3.2 é o PIB com crescimento negativo em 2020. Uma referência clara ao período de Lockdown da Pandemia do Covid-19. A pandemia e a queda dos preços das commodities de 2014 foram os marcos nos quais o crescimento do PIB brasileiro teve os números mais baixos, chegando a -3,55% em 2015 e -4,06% em 2020 (WORLDBANK, 2021). Como discutido na seção 2, a pandemia do Covid-19 como marco econômico estrutural ainda necessita de respaldo do tempo, visto que, como outras crises, a exemplo da CFG, a recuperação das economias (pelo menos em relação à balança comercial, haja visto que os impactos sofridos em setores diferentes, como as contas financeiras, são distintos e podem durar mais tempo) ainda pode ocorrer. No entanto, por hora, é possível afirmar, com base nos dados levantados, que o impacto do Lockdown nas economias foi intenso.

4 COMO OS FATOS SE DESDOBRAM NAS ANÁLISES TEÓRICAS? AS MUDANÇAS TEÓRICAS DOS ESTUDOS DAS EPI NO SÉCULO XXI

O funcionamento da economia global é resultado de relações que permeiam grandes estruturas sociais como os mercados internos, os mercados internacionais e os Estados-nação. Enquanto economistas em geral minimizam o papel das instituições políticas, a natureza das instituições internacionais e dos regimes internacionais que governam os mercados internacionais e as atividades econômicas permanece um foco central para pesquisadores da economia política internacional (EPI).

Pressupõe-se que os mercados e as forças econômicas por si só não podem explicar a estrutura e o funcionamento da economia global. As interações das ambições políticas e rivalidades dos Estados, incluindo os seus esforços de cooperação, criam o quadro das relações políticas dentro do qual os mercados e as forças econômicas operam.

Dentro do contexto histórico, forças políticas, econômicas e sociais interagem moldando diferentes estruturas, ou seja, aspectos relativamente duradouros do sistema

internacional que incluem a rede mundial de comércio e o sistema internacional monetário e financeiro, assim como as regras ou regimes que governam essas atividades econômicas. Essas estruturas tendem a refletir tanto o poder dos atores como a presença das forças do mercado. Assim, a EPI surgiu como um distinto campo interdisciplinar nos anos 1960 e 1970 como resultado de novos fenômenos no sistema internacional. Por isso, Susan Strange (2015), uma das precursoras pesquisadoras da área, afirmava que os estudos de EPI nasceram dos fatos. De lá pra cá, como os principais fatos históricos, identificados na seção 2, podem ter influenciado possíveis mudanças teóricas na área? Da mesma forma que a seção 2, essa busca, através de uma análise cronológica, identificar possíveis mudanças teóricas no campo.

Relacionando-se com os atentados dos 11 de setembro, serão analisadas as produções em EPI voltadas para avaliar as barreiras tarifárias e não tarifárias que aumentaram posterior ao ataque, pois essas barreiras surgem como resposta imediata ao atentado e marcam uma mudança na perspectiva em relação ao período anterior.

Dessa perspectiva, se a imagem dos aviões explodindo contra as torres gêmeas é o símbolo visual dramático do começo desta nova era da História, da mesma forma que a demolição do Muro de Berlim foi a da anterior, uma outra imagem pode aos poucos se superpor a essa e tornar-se mais significativa e importante do que a dos ataques suicidas. É a imagem da reconstrução dos muros: os físicos, como o que pretende separar Israel dos palestinos, reeditando o Muro de Berlim; os político-jurídicos (as restrições na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, contra imigrantes pobres e refugiados); os econômicos (as barreiras protecionistas agrícolas ou outras contra países em desenvolvimento) [...] (RICUPERO, 2003, p. 28).

O que a citação de Ricupero (2003) mostra é que os efeitos da guerra ao terror e das medidas protecionistas criadas no período estão relacionados com a mudança teórica da EPI, pois a “reconstrução dos muros” parte de um evento (ou série de eventos relacionados) e impacta nas relações internacionais como tema importante até a contemporaneidade deste trabalho.

Posteriormente, associada à entrada da China na OMC, a literatura voltou-se para a importância das economias emergentes para o comércio global. Dadas as mudanças da economia global, seria necessário abarcar novos atores, instituições e níveis de governança (MAHRENBACH e SHAW, 2019, p. 5).

A crescente importância e ativismo de potências emergentes e mercados emergentes, incluindo, mas não se limitando ao BRICS, constitui uma mudança central nas relações globais. Isso se refletiu na proliferação de perspectivas analíticas sobre economias emergentes, classes médias, empresas multinacionais (EMNs), estados e sociedades nos assuntos econômicos contemporâneos (MAHRENBACH e SHAW, 2019, p. 7, tradução nossa).

Uma dessas mudanças que pode se destacar é o foco, não só nas economias emergentes, mas também em uma mudança estrutural do arranjo produtivo mundial com a expansão das Cadeias Globais de Valor (CGV) e com efeitos profundos sobre os níveis de produtividade e interdependência econômica, como afirmam Hermida e Xavier (2018). Ao observar o caso do Brasil e sua inserção nas CGV, os autores avaliam que:

“[...] enquanto as estatísticas tradicionais de comércio apontam para um aumento da competitividade e do grau de especialização do Brasil em produtos primários de 2000 para 2005, os índices de valor adicionado revelam uma queda da robustez das vantagens comparativas reveladas do Brasil nessa categoria.” (HERMIDA; XAVIER, 2018, p. 372 e 373)

Os autores discorrem sobre o fato de que as categorias produtivas que o Brasil apresenta vantagens comparativas são, devido aos índices brutos usados para a análise, os setores com maior superestimação dos resultados (HERMIDA e XAVIER, 2018, p. 373). Em outras palavras, as vantagens esperadas para o caso brasileiro nos setores tradicionais, como exportação de produtos primários, não são tão altas quanto se esperava previamente aos resultados da pesquisa. Ao analisar os mesmos setores a partir do modelo de valor adicionado, isto é, relacionando o valor dos produtos que entram e saem do país, aos da CGV, a robustez das vantagens brasileiras decai. O Brasil exerce o papel de fornecedor de insumos a serem re-exportados (commodities e recursos naturais, principalmente), mas o setor que desempenha resultados positivos, ainda que relativos, e que vem crescendo em relação aos setores primários frente às CGVs é o setor de serviços, comumente negligenciado dentre os demais setores produtivos (HERMIDA e XAVIER, 2018, p. 374).

Outro transbordamento da história para a teoria ocorreu em torno da tensão e produção nas áreas de globalização e desglobalização. O processo de globalização, fenômeno que conectou a economia do mundo todo de forma intrínseca e quase irreversível, teve um fortalecimento a partir dos anos 1990, mas, é a partir de 2001 que observa-se sua culminação (MANZI, 2019).

Baumann (2020) argumenta que “De um modo geral, houve – na maior parte dos países que tiveram algum grau de interação com esse processo [globalização] – ganhos em termos de redução do nível de pobreza” (BAUMAN, 2020, p. 31). Por mais que a segurança internacional tenha se intensificado após o atentado do 11 de setembro, as relações econômicas ferviam desde

a entrada da China na OMC (SERRA, 2003). Os países emergentes e o Sul Global tornam-se mais importantes ao fim da primeira década, como argumenta Shelburn (2010).

Um desenvolvimento adicional que surgiu da crise financeira global que pode ter algumas implicações de longo prazo para o sistema comercial mundial é que o G-20 substituiu efetivamente o G-8 como o principal grupo de formulação de política econômica global. Até certo ponto, isso representou um movimento significativo no sentido de tornar a governança da economia global mais democrática e, portanto, representativa dos interesses dos países em desenvolvimento (SHELburn, 2010. p. 25).

Manzi (2019) discute que a partir de 2008, o fenômeno da globalização entrou em um estado de esfriamento, estagnando o processo de internacionalização das economias nacionais. *“Ainda é muito cedo para determinar, mas a onda de forças populistas dentro da esfera doméstica e principalmente dentro das economias desenvolvidas pode marcar uma nova fase de globalização econômica, possivelmente até caracterizada por uma reversão da internacionalização das economias nacionais”* (MANZI, 2019, p. 483). A eleição de Trump, o Brexit e outros fatos corroboram essa perspectiva. Bauman (2020) refere-se a essa nova fase como “desglobalização”, tema que também tem sido alvo de um maior número de pesquisas.

Voltando para o caso brasileiro, Baumann (2020) afirma:

No caso da economia brasileira, foram apresentadas indicações de que a participação no processo de globalização foi limitada até aqui, exceto no tocante ao movimento de capitais. A participação no comércio de mercadorias permanece baixa, a economia permanece relativamente fechada a importações, e o número de acordos preferenciais ainda é comparativamente reduzido. O país não está em processo de ‘desglobalização’ porque não chegou a se ‘globalizar’ (BAUMANN, 2020, p. 31).

Seja pela ótica das CGVs ou pela ótica da globalização, o caso brasileiro não é otimista para o crescimento e desenvolvimento. Mesmo que o Brasil tenha crescido em meados da primeira década do Século XXI, outros desafios e obstáculos ainda precisam ser vencidos para que a economia doméstica do país consiga apresentar maior estabilidade. Um desses desafios é a forte relação da economia brasileira com os preços das commodities, fato que foi abordado analiticamente na seção 3 deste trabalho.

Finalmente, um tema que dá continuidade à desglobalização e ao fortalecimento de forças populistas domésticas citadas por Manzi (2019), mas que dialoga com o enfraquecimento das instituições globais após a crise financeira global (CFG) é o enfraquecimento do

multilateralismo. Segundo Mahrenbach e Shaw (2019), os estudos da EPI estão mudando de inúmeras maneiras. Nesse contexto, a ameaça ao multilateralismo é palpável. Antigas alianças e boas relações parecem dar espaço para o individualismo e a quebra da relação multilateral, como sugere Mahrenbach e Shaw, quando relatam que “o presidente Trump 'fez as pazes' com Vladimir Putin da Rússia e Kim Jong-Un da Coreia do Norte, enquanto insultou publicamente Justin Trudeau do Canadá, saiu mais cedo da cúpula do G7 e prometeu, depois se recusou, a assinar uma declaração conjunta do G7” (MAHRENBACH e SHAW, 2019, p. 3, tradução nossa). Segundo os autores, é importante que os analistas enxerguem e ponderem sobre a forma como alianças de homens fortes, representando o papel da força nacional ou do líder, afetam as instituições multilaterais como a União Europeia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a OMC, dentre outros (MAHRENBACH e SHAW, 2019, p. 3). O que o posicionamento dos autores também evidencia é a fragilidade aparente das relações multilaterais, ou a menor importância que os órgãos internacionais citados parecem ter em relação às decisões individuais ou bilaterais de países fortes como EUA, Rússia e China. Um procedimento mais semelhante, sem dúvida, a momentos anteriores à globalização.

5 Conclusões

Respondendo a pergunta que deu partida a este trabalho, “quais os principais acontecimentos das primeiras duas décadas do Século XXI que influenciaram as contas externas brasileiras?”, nota-se que alguns eventos se destacam dentre outros, e a duração e dimensão de seus efeitos podem fazer com que sejam categorizados como conjunturais ou estruturais. Com base nos dados empíricos analisados, é plausível concluir que, ao contrário do que sugere a visão ortodoxa da Economia Política Internacional, as flutuações internas da economia de um país estão conectadas com as flutuações do mercado externo, sobretudo no que tange os países emergentes, e as teorias tradicionais de EPI não abarcam os novos temas que surgem conforme o cenário do mercado internacional muda, segundo Keohane (2009).

Baseando-se no período das primeiras duas décadas do século XXI, desde o atentado do dia 11 de setembro de 2001 até a pandemia do Covid 19, é possível enxergar, a partir da ótica

do comércio internacional, a influência da economia mundial nas contas externas brasileiras, mais especificamente no saldo agregado da balança comercial, evidenciando que o país está suscetível a flutuações ou alterações do mercado global. Enquanto eventos como o 11 de Setembro e a CFG são categorizados como conjunturais devido a recuperação possível do comércio internacional evidenciado pela balança comercial, outros eventos mostram ter surtido efeitos duradouros a longo prazo. É o caso da entrada da China na OMC, o Boom e a queda dos preços das commodities e, de uma forma mais especulativa devido à proximidade com o tema, a crise comercial gerada pela Pandemia do Covid-19. A categorização de “estrutural” para os acontecimentos destacados anteriormente também relaciona-se com o grau de importância dos temas em relação à economia brasileira, pois possuem conexão com as flutuações observadas na mesma de acordo com a balança comercial do país.

Conclui-se, partindo da análise dos dados coletados e da literatura revisada, que o Brasil possui vulnerabilidade a choques externos relacionados aos preços das commodities. Mesmo com diferenças em relação a outras economias emergentes no período das duas primeiras décadas do Século XXI, o Brasil sofreu flutuações semelhantes em sua balança comercial, mesmo que em níveis diferentes, como pode ser visto em comparação com a China. Por enxergar que choques externos e acontecimentos específicos na economia e no comércio global influenciam o comércio exterior do Brasil e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do país, conclui-se que são necessários mais estudos baseados no balanço de pagamentos brasileiro e sua conexão com a economia internacional, pois outros setores, como o de investimentos externos ou a conta capital, podem apresentar novos insights sobre as vulnerabilidades ou oportunidades que a economia brasileira apresenta diante da economia global. O que evidências empíricas como as apresentadas neste trabalho trazem, sobretudo, é o respaldo factual de que as contas externas brasileiras sofrem mudanças devido à choques externos, e que o comércio internacional e as teorias de EPI não devem ser negligenciadas ao se analisar a economia doméstica, sobretudo em um cenário de grandes e rápidas mudanças como aquele em que vimos após a virada do século.

Referências:

ACHARYA, Amitav. Global International Relations (IR) and Regional Worlds A New Agenda for International Studies. **International studies quarterly**, v. 58, n. 4, p. 647-659, 2014.

ALMEIDA Filho, Niemeyer; CORRÊA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento?. **Revista de Economia Contemporânea** [online]. 2011, v. 15, n. 1, pp. 92-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482011000100004>>. Epub 27 Jul 2011. ISSN 1980-5527. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482011000100004>. Acesso em: 20 de ago 2021.

ARAÚJO, Caroline Giusti; DIEGUES, Antônio Carlos. Os efeitos da globalização nas economias brasileira e chinesa: a importância das políticas internas. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 321-348, 2020.

ARCE, Gustavo. A economia mundial no século XXI. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 12, n. 2, 2014.

BAUMANN, Renato. O impacto econômico do 11 de setembro. **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror**, p. 89-106, 2014.

BAUMANN, Renato. Globalização, desglobalização e o Brasil. **Texto para Discussão**, IPEA, 1ª edição, Brasília, 2020.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prebisch e Furtado. **PREBISCH, R. O manifesto latino-americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto**, p. 7-14, 2011.

COHEN, Benjamin J. **International Political Economy**, Edward Elgar, Cheltenham, 2014.

DHINGRA, Swati et al. **The consequences of Brexit for UK trade and living standards**. 2016.

FREUND, Caroline; Maliszewska, Maryla; Mattoo, Aaditya; Ruta, Michele. **When Elephants Make Peace: The Impact of the China-U.S. Trade Agreement on Developing Countries**, World Bank Group, 2020.

GALLAGHER, Kevin P.; PORZECANSKI, Roberto. China and the Latin America commodities boom: a critical assessment. **PERI Working Papers**, p. 164, 2009.

HELBLING, Thomas; MERCER-BLACKMAN, V.; CHENG, K. Commodities in boom. **Finance and Development**, v. 49, n. 2, p. 30-31, 2012.

HELLEINER, Eric ; ROSALES, Antulio. Toward Global IPE: The Overlooked Significance of the Haya-Mariátegui Debate. **International Studies Review**, v. 19, n. 4, p. 667–691, 2017.

Disponível em: <<https://academic.oup.com/isr/article/19/4/667/3977927?login=true>>. Acesso em: 20 Aug. 2021.

HERMIDA, C. do C.; XAVIER, C. L. Competitividade internacional do Brasil à luz da fragmentação da produção e das cadeias globais de valor. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 345–376, 2018. DOI: 10.20396/rbi.v17i2.8649881. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649881>. Acesso em: 12 jan. 2021.

KEOHANE, Robert. The old IPE and the new, *Review of International Political Economy*, 16:1, 34-46, 2009.

LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; CUNHA, André Moreira; LINCK, Priscila. O choque nos preços das commodities e a economia brasileira nos anos 2000. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 3, p. 427-448, 2019.

MAHRENBACH, Laura C.; SHAW, Timothy M. Continuities and Change in IPE at the Start of the Twenty-first Century. In: **The Palgrave Handbook of Contemporary International Political Economy**. Palgrave Macmillan, London, 2019. p. 1-23.

MANZI, Rafael H.D. **Economic globalization in the globalpost-crisis of 2008: limits and deadlocks**. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 39 , nº 3 (156), pp. 470-484, July-September/2019.

RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. **Tempo social**, v. 15, n. 2, p. 9-30, 2003.

SERRA, Eduardo Gonçalves. Considerações sobre os impactos da entrada na China na OMC. **Política Externa**, v. 11, n. 4, p. 39-48, 2003.

SHELBURNE, Robert C. et al. The global financial crisis and its impact on trade: the world and the European emerging economies. **United Nations Economic Commission for Europe-Discussion Papers Series**, v. 2, 2010.

STRANGE, Susan. **International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect**. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944)*, v. 46, n. 2, p. 304–315, 1970. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2613829>>. Acesso em: 18 Aug. 2021.

STRANGE, Susan. **States and markets**. Bloomsbury Publishing, 2015.

THORSTENSEN, Vera Helena. **China: líder das exportações mundiais e também membro da OMC: desafios e oportunidades para o Brasil**. 2010.

UNCTAD, **Trade and Development Report 2020**, ONU, Geneva, 2020

WORLD BANK. **Global Economic Prospects, January 2021**. Washington, DC:

World Bank. doi: 10.1596/978-1-4648-1612-3. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO, 2021.

WORLDBANK, **World Development Indicators**, 2021 Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>, Acesso em: 16 de mar 2021.